

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1390527 - RS
(2018/0286855-9)**

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES

AGRAVANTE : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PROCURADORE : ELTON AIRTON ZIELKE - RS017574

S

**NILTON ROGERIO BORGES MIRANDA E
OUTRO(S) - RS041989**

DEBORA CARVALHO DE SOUZA - RS074290B

AGRAVADO : DOLMY ANTÔNIO TARASCONI

AGRAVADO : DORA OLINDA COUTINHO DE OLIVEIRA

AGRAVADO : ORESTES BASSO

AGRAVADO : JOAO CARLOS DOS SANTOS CAMPAO

AGRAVADO : JOAO PEDRO MACHADO DE BARROS

AGRAVADO : CIRO RENATO ALMEIDA MELO

AGRAVADO : DELMAR ANTUNES ESTEVES SILVEIRA

AGRAVADO : PAULO ROBERTO RUFATTO

AGRAVADO : MAURO SERGIO AVILA VERAS

AGRAVADO : MILTON ROCHA PINHEIRO

ADVOGADOS : JOSE ALTAIR LOPES MOREIRA - RS023380

ADÃO DE JESUS PAZ RODRIGUES - RS067035

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA CONTRA FAZENDA PÚBLICA. VIOLAÇÃO DO ARTIGO 535 DO CPC/1973 NÃO CONFIGURADA. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. NÃO OCORRÊNCIA. TEMA 880/STJ. MODULAÇÃO TEMPORAL.

1. Não há falar em violação do artigo 535 do CPC/1973, porquanto o acórdão recorrido manifestou-se de maneira clara e fundamentada a respeito das questões relevantes para a solução da controvérsia.

2. Acerca do prazo prescricional de execução de sentença contra a Fazenda Pública, o STJ, nos autos do REsp 1.336.026/PE, na sistemática do art. 1.036 e seguintes do CPC/2015, consolidou entendimento no sentido de que a demora no fornecimento de documentação (fichas financeiras) em poder da Administração Pública não tem o condão de influenciar no período de tempo, incidindo o mesmo prazo do processo de conhecimento, nos termos do que dispõe a Súmula 150/STJ.

3. Ocorre que, em sede de embargos de declaração, ficou estabelecido que "os efeitos decorrentes dos comandos contidos neste acórdão ficam modulados a partir de 30/6/2017", entendimento aplicável também "para as decisões transitadas em julgado até 17/3/2016 (quando ainda em vigor o CPC/1973) e que estejam dependendo, para ingressar com o pedido de cumprimento de sentença, do fornecimento pelo executado de documentos ou fichas financeiras (tenha tal providência sido deferida, ou não, pelo juiz ou esteja, ou não,

Superior Tribunal de Justiça

completa a documentação), o prazo prescricional de 5 anos para propositura da execução ou cumprimento de sentença conta-se a partir de 30/6/2017".

4. Dessa forma, em face dos efeitos da modulação do entendimento proferido pela Primeira Seção no referido julgamento, torna-se irrelevante se a execução ou pedido de cumprimento de sentença foram apresentados na vigência do CPC/1973. Precedente: EDcl no AgRg no AREsp 641.203/RS, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 1º/2/2019).

5. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Benedito Gonçalves
Relator